

POLÍTICA

O PMDB quer uma espécie de consenso em torno dos temas polêmicos da Constituinte e vai tentar isso através dos relatores das comissões. Mas o PFL quer negociações e faz ameaças.

O PMDB quer evitar surpresas

A maior preocupação da cúpula do PMDB, nos últimos dias, tem sido buscar uma posição comum em torno dos temas polêmicos da constituinte. Segundo o líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, é preciso evitar surpresas, como aconteceu nas subcomissões, onde os progressistas foram ultrapassados pelos moderados. Hoje, o líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, reúne-se com todos os relatores das comissões temáticas, para definir o texto final dos pareceres. Mas o PFL avisa: se não houver negociação, haverá confronto. Ontem, o líder pefelista na Câmara, deputado José Lourenço, também anunciou reuniões com os presidentes das comissões de seu partido.

Apresentados em primeira mão neste final de semana, os pareceres dos relatores poderão ser emendados até a meia-noite de hoje. A partir de amanhã, e até sexta-feira, os relatores deverão apresentar parecer sobre essas emendas. A discussão final dos relatórios acontecerá até a meia-noite de domingo.

Mas a partir dessas reuniões anunciadas pelo PMDB e PFL, já se poderá ter uma idéia do texto dos relatórios que serão submetidos à votação. Pessoalmente, o senador Mário Covas acha que será "aceitável" o produto final dos trabalhos das comissões temáticas, prevendo que as questões do tributo, da especulação urbana, da pena de morte e do aborto serão as mais polêmicas.

O PFL também está preocupado com essas questões, mas acrescenta outro ponto de possíveis turbulências: a proibição de transferências de recursos do poder público para o ensino privado. Isso equivaleria, segundo o deputado José Lourenço, "a fechar, de imediato, todas as universidades católicas, colégios católicos, protestantes, batistas, religiosos, que recebem complementação de recursos federais".

Por isso, Lourenço alerta: "Se votarem pelo fechamento de universidades e escolas privadas, estatizando o ensino brasileiro, aí nós vamos para o confronto". Para ele, "a Constituinte exige negociação e nós estamos dispostos à negociação e ao entendimento para que a Constituição seja, pelo menos, reflexo de 80% da sociedade".

Ontem, Lourenço reuniu-se com seus vice-líderes para apreciação preliminar dos pareceres oferecidos. Hoje, ele lhes oferecerá jantar, bem como aos presidentes das comissões temáticas do PFL, e ao único presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, a fim de definir uma estratégia a seguir.

Os objetivos de Covas

Segundo o líder Luiz Henrique, o PMDB tem se preocupado com os dispositivos progressistas, na medida do possível, a exemplo da restauração da competência da Petrobrás, que havia sido afetada na subcomissão que tratou da ordem econômica. O relator dessa comissão, senador Severo Gomes (PMDB-SP), teve o cuidado de ouvir as ponderações de todas as facções representadas na comissão. Numa primeira avaliação, a cúpula do PMDB entendeu, ainda, que a reforma agrária avançou o máximo dentro da média de opiniões da comissão.

No entanto, as negociações não significam previamente a garantia de voto. Na reunião de hoje, que contará também com a participação dos vice-líderes do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas vai examinar quais as propostas que têm condições de ser aprovadas. O senador tem se dedicado a encontrar uma fórmula de sistema de governo que preserve o poder do presidente da República mas, também, o equilíbrio da Câmara. Quanto à duração do mandato de Sarney, não existe nenhuma garantia, admitem os vice-líderes de Covas na Constituinte. Como não existe uma diretiva partidária nessa questão, cada constituinte está livre para dar seu voto pessoal.

O senador Mário Covas pretende, ainda, liberar seus liderados para a votação das questões do aborto e da pena de morte. Essa questão também preocupa o PFL: "Será absurdo excluirmos da futura Constituição a permissão de aborto nos casos em que a mulher foi vítima de estupro, em que corre o risco de vida ou em que, graças aos avanços da ciência, é possível identificar, no feto, lesões irreparáveis", afirmou o deputado José Lourenço.

Nas reuniões que terá com líderes e relatores do PMDB, o senador Mário Covas tentará restabelecer o conselho de comunicação proposto pela deputada Cristina Tavares, derrubado na subcomissão. As questões da estabilidade no emprego e da greve também preocupam, sobretudo a possibilidade de movimentos paralisados no serviço público. A idéia é adotar uma fórmula de greve para o setor que não prejudique a comunidade, enquanto articula um modelo de estabilidade no emprego menos avançado que o proposto pelo senador Almir Gabriel.



Delfim (sentado) atacou Severo (à direita)



Farabulini fala na Comissão da Soberania

O Artigo 21 do substitutivo apresentado pelo relator José Serra à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças provocou ontem o protesto dos governadores do Norte e do Nordeste. O artigo reduz para 20% do Fundo de Participação dos Estados a parcela que será destinada exclusivamente aos Estados cuja renda per capita for inferior à renda nacional. O protesto tem fundamento: pelo anteprojeto da Subcomissão de Tributos, aprovado há duas semanas, previa-se a destinação de todo o FPE aos Estados com renda inferior à renda nacional.

A modificação introduzida por José Serra atendeu às reivindicações de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, segundo a primeira redação, ficavam de fora do benefício. "Se basta um governador fazer discurso para mudar um anteprojeto, vamos ter onze governadores fazendo discursos", avisava ontem Benito Gama (PFL-BA), indignado com a apresentação do relatório de Serra. Gama acusava o governador gaúcho Pedro Simon de ter comandado as pressões sulistas para a mudança do anteprojeto.

O relator da Subcomissão de Tributos, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), passou a tarde de ontem fazendo os cálculos das perdas do Norte e do Nordeste, através do novo sistema — e concluiu que a decisão de estabelecer 20% do FPE para os Estados mais pobres representa um aceno à negociação. "Podemos ampliar esse percentual e complementá-lo com o aumento do fundo especial destinado exclusivamente ao Norte e Nordeste", avaliava Coelho. "Com a redação original, o equilíbrio era garantido, mas, com a mudança, a balança volta a pesar para o Sul-Sudeste." De qual-

FINANCEIRA

Mais dinheiro para o Sul? Os nordestinos protestam.

quer forma, Coelho espera ter hoje um resultado definitivo desses cálculos para, então, reabrir a negociação com Serra e os representantes do Sul.

Mercado financeiro

Outro ponto polêmico no relatório da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças diz respeito à participação de bancos estrangeiros no mercado financeiro nacional. Hoje, a Assembléia Constituinte decide no voto a questão. A votação vai confrontar o substitutivo do relator José Serra, que permite a operação dos bancos estrangeiros, com anteprojeto aprovado há duas semanas pela Subcomissão do Sistema Financeiro, que vedava tal participação.

O relator da subcomissão, Fernando Gasparian (PMDB-SP), adiantou ontem que vai reapresentar, em forma de emendas, os artigos do anteprojeto referente aos bancos estrangeiros, que foram alterados por Serra em seu próprio relatório. Depois de confrontados, os artigos irão à votação. Mas esse resultado ainda estará sujeito ao que for decidido pela Comissão de Sistematização e o próprio plenário da Constituinte.

Durante a apresentação oficial do relatório da Comissão do Sistema Tributário, ontem pela manhã, não houve debates sobre o conteúdo do substitutivo: os constituintes limitaram-se a ouvir uma exposição do relator José Serra e a discutir os prazos e a forma de apresentação de emendas.

Fernando Gasparian, que é relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, pediu tempo para opinar sobre o conteúdo do relatório de Serra, mas não resistiu a antecipar comentários sobre dois pontos que provocaram polêmica: a extinção da carta-patente e as restrições aos bancos estrangeiros. Gasparian constatou que o relatório mantém a extinção da carta-patente, ao determinar que a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, concedida pelo poder público, será intransferível e inegociável. Gasparian não gostou das alterações feitas por Serra na questão dos bancos estrangeiros.

Serra remeteu para a legislação ordinária a regulamentação da participação de capital estrangeiro no mercado nacional, enquanto Gasparian, no anteprojeto da comissão, proíbe que bancos estrangeiros recebam depósitos no Brasil, além de vedar a participação acionária de pessoas jurídicas e físicas estrangeiras no capital de instituições financeiras. Gasparian estranhou que a redação do substitutivo de Serra seja a mesma de várias emendas apresentadas por parlamentares diferentes, mas iguais entre si no texto, na justificativa e no próprio tipo de máquina de escrever. "Parece até que havia um lobby preparando emendas e distribuindo-as a vários constituintes", constatou Gasparian.

Ainda é cedo para saber o que os constituintes vão fazer com o bolso dos contribuintes. Os trabalhos sobre o sistema tributário brasileiro se limitarão a atribuir competência e a partilhar impostos entre União, Estados e Municípios. O relatório sobre o assunto, apresentado ontem pelo deputado José Serra, percorrerá um longo caminho até a promulgação da nova Carta. A fixação das alíquotas, porém, ficará a cargo da lei ordinária. E bom não esquecer que o constituinte de hoje será o congressista de amanhã.

O contribuinte deve ficar de sobreaviso. Se der para elevar a carga tributária, os constituintes não vacilarão. O relatório Serra já sugere a criação do Imposto de Renda estadual a ser cobrado sobre o atual Imposto de Renda bruto devido anualmente pelos contribuintes até uma alíquota de 5%. Ela será definida, posteriormente, por legislações estaduais. Poderá ser zero como também chegar a 5%.

"Com base no texto constitucional não se pode afirmar que haverá aumento ou diminuição de encargos para os contribuintes", afirma o deputado Francisco Dornelles, presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Do jeito que está o relatório Serra, a maioria dos Estados e municípios ganha poder e recursos em detrimento da concentração registrada nos últimos 20 anos em torno da União.

Segundo cálculos do governo federal, a União perderá 29,9% do que arrecada hoje, o que, por outro lado, Dornelles considera saudável. Tanto porque Estados e municípios estão quebrados como pelo fato de o novo sistema acabar com a instituição do pires na mão. "Hoje, os prefeitos precisam e vêm pedir. Ganha aquele que for mais simpático. Com o novo sistema, eles terão arrecadação garantida sem nenhum favor", diz Dornelles.

Para membros da comissão, as contas de perdas do governo federal são exageradas. O novo sistema retira 23%. Ele extin-



Serra e Dornelles: novo sistema tributário.

Sistema tributário: mais impostos?

O relatório Serra avança no bolso do contribuinte, com a criação do IR estadual. E beneficia Estados e municípios, alterando a distribuição dos tributos.

que os impostos únicos sobre combustíveis, minerais, comunicações, transportes rodoviários e energia elétrica (que passam a integrar a base do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS. Também elimina o Fundo de Participação Social (Finsocial) e eleva o volume de recursos dos Fundos de Participação de Estados e Municípios de 33% para 43%, calculados sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda.

Com o novo sistema, porém, prefeituras e grandes cidades perderão arrecadação. Elas possuem boas máquinas para o

recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). Como a proposta sugere a sua extinção, incorporando-o ao ICMS, a Prefeitura da cidade de São Paulo perderá alguma coisa. Em 1985, por exemplo, ela arrecadou Cz\$ 1,2 bilhão com o ISS. No novo sistema, ela teria obtido Cz\$ 1,15 bilhão, ou seja perderia Cz\$ 50 milhões. A prefeitura ficaria com parcela do ICMS e com o novo Imposto de Vendas no Varejo (IVV) — cuja alíquota deverá ser fixada em lei ordinária entre 2% ou 3%. Por outro lado, as cidades pequenas e médias do interior de São Paulo teriam sua receita tributária elevada em média de 22,9%.

Isto ocorreria porque o ICM estadual cabem hoje 20% aos municípios. O novo ICMS daria aos municípios uma participação de 25%. Além disso, o sistema sugere que aos Estados caberá ficar com 5% do IPI arrecadado em seu território, dos quais serão repassados 25% aos municípios.

O ICMS já tem alíquota acertada. Se tudo correr como se convernou na comissão, ela será de 5% nas operações interestaduais. Ou seja, a mercadoria que, por exemplo, sai de São Paulo arrecada 5% de imposto para o Tesouro Paulista. Hoje, o ICM interestadual oscila de 9% a 13% e nas operações internas tem alíquota máxima de 17%. O novo sistema permitiria aos Estados fixar as alíquotas de acordo com seus programas. Por exemplo, taxar o feijão em 5% e o caviar na alíquota que bem entenderem.

A taxação de serviços pelos ICMS, por outro lado, trará problemas para Estados do porte de São Paulo, além de desfalcar os cofres da Capital. Só na Capital o ICMS terá novos 500 mil contribuintes para um aumento na arrecadação estadual de apenas 2%. Para São Paulo, contudo, só não interessa o estabelecimento de uma alíquota zero do ICMS, como já se chegou a falar. Neste caso, a arrecadação diminuiria em 10%. Com os acordos feitos, ela fica como está.

Vicente Dianez Filho



Deputada Raquel Cândido
A deputada exige respeito
A deputada Raquel Cândido (PFL-RO) anda indignada com o tratamento que diz receber dos seguranças e motoristas da Câmara. "Se, para me barrar, algum funcionário colocar a mão onde só o meu marido coloca, vai levar um soco na cara. Isso é falta de respeito", advertia ela, ontem, no plenário, inconformada com o comportamento de certos funcionários que classifica como "atrevidos e debochados". Raquel relatou que tem sido barrada à entrada da Câmara, aos domingos — e atribui o fato à sua origem humilde: "Reconheço que sou simples, pequena e nem tenho jeito de deputada". Isso, porém não impediu que Raquel recbesse a solidariedade dos presentes. O próprio presidente da sessão, Homero Santos (PFL-MG), prometeu que a Mesa exigirá respeito a todos os deputados. E garantiu: "Custe o que custar".

Um grande confronto entre progressistas e conservadores está previsto para hoje às 9h30. O anteprojeto do senador José Bisol (PMDB-RS), que propõe a perda da propriedade em favor do Estado em casos de uso indevido e de especulação,

irritou a ala conservadora da Comissão da Soberania e Direitos e Garantias, que promete um substitutivo contrário. Farabulini Júnior (PTB-SP), um dos líderes dos conservadores, garante que seu grupo tem maioria e está pronto para derrotar as propostas

de Bisol, "que demonstrou não ter nenhuma vivência". Mendonça de Barros (PMDB-MG) também critica Bisol por ter inspirado seu anteprojeto na constituição soviética. Bisol, contudo, defende-se dos ataques do grupo

que chama de "reacionário de direita" e garante que tem apoio até de Ulysses Guimarães. Mas, além da polêmica em torno do direito de propriedade, Bisol é criticado por prever o voto facultativo aos 16 anos e por regulamentar o aborto por lei.

O Conselho Nacional de Comunicação; a garantia da reserva de mercado; a gratuidade do ensino público em todos os níveis; a não censura de qualquer espécie sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, filmes e vídeos, peças teatrais e outras formas de expressão e espetáculos culturais ou diversões públicas; a regulamentação, por lei, do jogo de azar e de loteria; o veto a programas antinatalistas, públicos e privados; o efeito civil do casamento religioso, nos termos da lei; e a proteção do menor e do idoso atribuída ao Estado e à sociedade são os principais pontos do substitutivo elaborado pelo deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) apresentado ontem à comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Como já havia declarado, o relator da comissão trouxe novamente à discussão o polêmico Conselho Nacional de Comunicação. Entretanto, com uma grande diferença da proposta apresentada pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e derrubada na subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Segundo a proposta de Arthur da Távola é a lei que disporá "sobre a instituição, composição, competência, auto-

COMUNICAÇÃO

A polêmica (isto é, o Conselho) está de volta

nomia, vinculação administrativa e recursos necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação". Segundo a proposta do relator, o Conselho terá a atribuição de estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação nas áreas de radiodifusão e de outros meios eletrônicos.

Segundo o substitutivo a ser discutido pelos parlamentares, o Conselho observará os seguintes princípios: complementaridade dos sistemas público, privado e estatal na concessão e exploração dos serviços de radiodifusão, prioridade a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na exploração dos serviços concedidos, e

pluralidade e descentralização, vedada concentração da propriedade dos meios de comunicação, entre outros princípios.

Ainda no capítulo da Comunicação, o relator propõe no artigo 41 que "constitui monopólio da União a exploração de serviços públicos de telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados". Outras propostas apresentadas neste capítulo são: "A lei não restringirá a liberdade de imprensa, exercida em qualquer meio de comunicação" e "os meios de comunicação e serviços relacionados com a liberdade de expressão não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio, por parte das empresas privadas ou entidades do Estado".

No artigo 39, Arthur da Távola propõe que "a construção de centrais termoeletricas, termoeletricas, hidroelétricas e de usinas de processamento de materiais férteis e fisséis, bem como qualquer projeto de impacto ambiental, dependerá de aprovação do Congresso Nacional". O substitutivo do deputado foi concluído em 55 artigos. E a maior dificuldade encontrada para a elaboração do texto final foi o fato de a comissão tratar de assuntos bem diversos, desde o controle de natalidade à alta tecnologia.

ECONÔMICA

Um relatório que conseguiu desagradar todo mundo

O anteprojeto para regulamentação da ordem econômica na futura Constituição "é um culto à estatolatria dos 20% de constituintes estatizantes que não percebem que um Estado forte apenas gasta mais para ser mais ineficiente". O julgamento é do deputado Delfim Netto (PDS-SP) ao relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP) que, aparentemente, conseguiu um consenso entre as diversas correntes ideológicas e de interesses na Constituinte: desagradou a todos.

A ala estatizante também não gostou do anteprojeto, como o ex-líder estudantil Vladimir Palmeira (PT-RJ), que considerou o texto de Severo "um presente à direita, que teve 95% de suas reivindicações atendidas". "Se não houver concessões dos setores conservadores, que estão em evidente maioria e parecem dispostos a utilizar novamente a tática do 'rolo compressor', é melhor termos com o nosso projeto original a aceitar o de Severo Gomes. Aceitá-lo seria admitir que houve um acordo entre esquerda e direita, nesta comissão, para aprovar tudo que a direita quer", ponderou Palmeira.

Nenhum dos relatores das subcomissões que compõem a Comissão da Ordem Econômica com o texto do senador paulista. O relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica, Vigilância de Senna (PMDB-BA), condenou o texto de Severo Gomes por, entre outros motivos, ter simplesmente eliminado a necessidade de planejamento do Estado, bem como de não definir os bens de uso comum do povo, como as praias e praças públicas, o que permitiria um enorme retrocesso até D. João V, que garantiu a propriedade das praias à Coroa repassando seu uso à sociedade.

Críticas

Senna aponta, ainda, como insuficiente o título dedicado à questão urbana e transportes, onde não se contempla a realidade de que dois terços da população brasileira vive hoje em núcleos urbanos e que, em trinta anos, haverá 230 milhões de brasileiros nas cidades, contra apenas 10 milhões no campo.

Com estas críticas também concorda o relator da Subcomissão da questão Urbana e Transportes, deputado José Ulysses (PMDB-MG). Ele estranhou, ainda, que o relator não tivesse levado em consideração nenhum dos pontos mais importantes do anteprojeto aprovado pela subcomissão nas áreas de transportes coletivos, rodovias, ferrovias, transporte aéreo e marítimo de carga ou a navegação pesqueira e de pesquisa.

O terceiro relator, Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), também não ficou satisfeito. Apresentou as primeiras emendas ao anteprojeto de Severo Gomes, insistindo na limitação da propriedade rural. O grupo "liberal", por sua vez, não aceita a omissão imediata na posse do imóvel desapropriado.

ELEITORAL

Prorrogação dos mandatos: continua a discussão.

Os prefeitos municipais e vereadores eleitos em 1986 e 1988 terão seus mandatos prorrogados até o dia 1º de janeiro de 1991, sendo facultado aos prefeitos eleitos em 1988 a reeleição, ao término do mandato de 2 anos. Os atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão seus mandatos no dia 1º de janeiro de 1989, enquanto governadores e vice-governadores eleitos em 15 de novembro do ano passado só encerrarão seus mandatos em 15 de março de 1990.

Estas são, em síntese, as principais propostas contidas no projeto do relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, deputado Prisco Vianna. Ele só não conseguiu o aval da cúpula do PMDB para a proposta de prorrogação do mandato dos prefeitos das capitais, segundo fontes do partido, sob o argumento que ao PMDB não interessava manter a prática de prorrogação de mandatos.

Embora recebendo algumas críticas durante a exposição, bem como emendas desfavoráveis, o deputado Prisco Vianna manteve em seu projeto a candidatura dupla, segundo a qual o candidato pode manter registro a dois cargos eletivos, sendo um no Executivo e outro no Legislativo. O sistema eleitoral por ele proposto é o distrital misto, com voto majoritário e proporcional, admitindo eleições em dois turnos apenas para municípios com mais de cem mil habitantes.

Protestos

"A quem convém o prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores?" — perguntou ontem o senador Itamar Franco (PL-MG) advertindo que esta pode ser uma medida preparatória para futura prorrogação de mandatos de governadores e do presidente da República. Itamar chamou a atenção do Senado para a existência de "corrupção generalizada" que estaria inspirando os articuladores deste movimento.

Perguntado a respeito, o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, negou que o governo esteja interessado nesta prorrogação, com o objetivo de permitir a coincidência das eleições com as de presidente da República.

Já o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, lembrando que os mandatos são "temporários", afirmou que a prorrogação proposta "atinge o cerne, a substância do regime representativo".

Em Aracaju, o prefeito Jackson Barreto classificou como "um ato de prostituição política" a prorrogação dos mandatos, e deve propor, amanhã, que a Associação dos Prefeitos das Capitais emita um documento condenando a proposta. Também a União dos Vereadores de Minas Gerais protestou ontem — "é imoral e antidemocrática" — considerando que a proposta atende interesses do Palácio do Planalto.